

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

NATHIELY ROCHA SOARES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

SÃO MATEUS

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

NATHIELY ROCHA SOARES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez

SÃO MATEUS

2019

NATHIELY ROCHA SOARES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Aprovado em ___ de agosto de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof. Mestre. Daniel Junqueira Carvalho

Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Andrea Brandão Locatelli

Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, e todas(os) que contribuíram pela minha formação e aqueles que sonham com a sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas poderão respeitar as diferenças e aprender com ela.

AGRADECIMENTO

Primeiramente quero agradecer a Deus por sempre estar ao meu lado, me dando força em momento de dificuldade, paciência e sabedoria para conseguir e obter conhecimento.

A minha mãe, Neuza Calixto da Rocha, mulher guerreira e de fé, por estar me sempre me apoiando e me fortalecendo cada etapa. Ao meu pai Olindo Augusto Soares, homem honesto e generoso, sempre me apoiando e dando conselhos de motivação. Ao meu companheiro Carlos Henrique Magalhaes, tantas vezes me deu uma palavra amiga, e compartilhando os saberes. Também quero agradece a minha família por esta sempre presente, me auxiliando quando preciso, pois a família é a minha base. Ao Bruno Augusto Soares da Rocha, que sempre está ajudando e apoiando aos meus pais, que é nossa alegria diária. Aos meus amigos e companheiros da turma Margarida Alves, que me acompanharam durante esse período de lutas e conquistas. Aos meus amigos Renaldo F Soares e Carla Vieira de Aguiar Prates, que sempre estiveram do meu lado, onde tivemos a oportunidade de desenvolver vários trabalhos em grupos e até mesmo individual. Ao professor Daniel Junqueira que iniciou meu projeto de pesquisa. Ao meu orientador Damian Sánchez Sánchez que me auxiliou para concluir o meu projeto, sempre bondoso e compreensivo.

Quero agradece a todos(as) educadores que me passaram seus conhecimentos que ensinaram muito durante esses quatro anos, que aos poucos me transformaram em uma profissional e passaram suas experiencias.

Só tenho gratidão a todos que contribuíram direto e indiretamente por esse momento maravilhoso em minha existência. Obrigada!

RESUMO

A educação inclusiva é definida como uma política de ensino que apresenta um conjunto de recursos e serviços educacionais, voltados a atender e servir de apoio aos portadores de necessidades educativas especiais, garantindo-lhes oportunidade de teor igual a todas as pessoas. Todavia, ao verificar o contexto da educação inclusiva, observa-se que o portador de necessidades especiais sofre rejeição. O presente estudo visa, através de pesquisas bibliográficas e de maneira específica, mostrar a questão da educação inclusiva, sua estrutura histórica e sua real importância no contexto educacional e o desenvolvimento de propostas para a inclusão de crianças portadoras de necessidades educativas especiais e o seu contexto na escola inclusiva. A partir da pesquisa bibliográfica, são abordados os seguintes tópicos: A educação no caminhar da história: uma visão crítica, a educação inclusiva no caminhar da história: uma visão ainda mais crítica e propostas viáveis para inclusão social das pessoas com necessidades especiais na educação regular.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Sociedade, Direitos Humanos, Cidadania, Família.

ABSTRACT

The inclusive education is defined as a teaching modality that presents a group of resources and educational services, assisted again and to serve from support to the bearers of special educational needs, guaranteeing them tenor opportunity same to the of most of the people. Though, when verifying the context of the inclusive education, it is observed that the bearer of special needs suffers estrangement. The present study seeks, through bibliographical researches and in a specific way, to show the subject of the inclusive education, your historical structure and your Real importance in the educational context and the development of proposals for the children's bearers of special educational needs inclusion and your context in the inclusive school. Starting from the bibliographical research, the following topics are approached: The education in walking of the History: a critical vision, the inclusive education in walking of the History: a vision still more critic and proposed viable for the people's social inclusion with special needs in the regular education.

WORDS-KEY: inclusive education, society, human rights, citizenship, family.

LISTA DE SIGLAS

AACD	Associação de Assistência a Criança Defeituosa
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ONG	Organização Não Governamental
PIEPE	Projeto de Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A EDUCAÇÃO NO CAMINHAR DA HISTÓRIA BRASILEIRA: UMA VISÃO CRÍTICA	11
1.1 CONCEITOS DE INCLUSÃO	14
1.2 LUTA CONTRA A EXCLUSÃO: O PARADIGMA DA INCLUSÃO	16
2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMINHAR DA HISTÓRIA MUNDIAL E BRASILEIRA: UMA VISÃO AINDA MAIS CRÍTICA	19
2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MUNDIAL	19
2.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	21
3 PROPOSTAS VIÁVEIS PARA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO REGULAR	23
3.1 SALAMANCA E SUA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
3.2 A ATUAÇÃO DA FAMÍLIA	24
3.3 A AÇÃO EFETIVA DA ESCOLA	27
3.4 OS PROFESSORES CAPACITADOS	28
3.5 A INCLUSÃO DA SEGREGAÇÃO A INTEGRAÇÃO	30
3.6 CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO ESCOLAR	31
3.7 A INCLUSÃO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	32
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é definida como uma política de ensino que apresenta um conjunto de recursos e serviços educacionais, voltados a atender e servir de apoio aos portadores de necessidades educativas especiais, garantindo-lhes oportunidade de teor igual ao da maioria das pessoas. Todavia, ao verificar o contexto da educação inclusiva, observa-se que pessoas com necessidades especiais sofre rejeição.

Atualmente, vive-se um período de integração social, século xx, que visa atingir o princípio de educação para todos, fundamentada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que afirma, dentre outras verdades, que "o atendimento educacional aos portadores de necessidades educacionais especiais será feito em classes comuns de ensino regular, garantindo, quando necessário, serviço de apoio especializado".

Portanto, o direito à educação tem a ver com justiça e não propriamente com privilégio. Assim, aos educandos, portadores de necessidades especiais, deverá ser resgatado o direito e acesso a uma escola que, desejando ser democrática, deverá garantir um ensino de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças de origem.

A escola é um espaço de efetiva ação pedagógica que contempla a diversidade e a individualidade de seus alunos, que deve incluir todos, reconhecer as diferenças e promover a aprendizagem que atenda às necessidades de cada um, pois a educação inclusiva tem como proposta primordial, garantir aos portadores de necessidades especiais o direito assegurado na Constituição Federal.

Na realidade, a educação inclusiva deve ser vista como um processo necessário, natural e urgente, pois as pessoas que convivem nos grupos sociais comuns – família, igreja etc. – também têm a capacidade de atender às solicitações dos grupos que lhes acolhem.

O presente estudo visa, através de pesquisas bibliográficas e de maneira específica, mostrar a questão da educação inclusiva, sua estrutura histórica e sua real importância

no contexto educacional e o desenvolvimento de propostas para a inclusão de crianças portadoras de necessidades educativas especiais e o seu contexto na escola inclusiva.

Este trabalho abrangerá os seguintes tópicos: A educação no caminhar da história: uma visão crítica, a educação inclusiva no caminhar da história: uma visão ainda mais crítica e propostas viáveis para inclusão social das pessoas com necessidades especiais na educação regular.

É preciso que não se perca de vista que a finalidade da educação inclusiva é oferecer atendimento equilibrado e eficaz aos educandos com deficiência, respeitando as necessidades e diferenças de cada criança, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento global desses alunos, em seus aspectos: cognitivo, afetivos, psicomotor, linguístico e social, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades como também sua integração na sociedade.

1 A EDUCAÇÃO NO CAMINHAR DA HISTÓRIA BRASILEIRA: UMA VISÃO CRÍTICA

Numa rápida caminhada de análise crítica, é possível compreender a realidade dos desafios e conquistas por que passou, e ainda passa, a educação no Brasil. Nos próximos parágrafos são apresentadas informações sobre o desenvolvimento da educação até a atualidade.

A educação voltada para o conhecimento crítico inexistia no século XVII, no Brasil colônia, pois a educação era baseada nos dogmas da igreja católica. A obediência aos valores e costumes da igreja era transmitida pelos padres jesuítas, assim como seu caráter era o fortalecimento da hegemonia da igreja através da fé.

No período imperial, apesar da inexistência de um sistema educacional, sabe-se que houve uma certa preocupação com o conhecimento educacional intelectual. Foram criados a época meios para implantar em todo território nacional escolas públicas para atender a população pobre, sem acesso a escola, já que até então esta tinha um caráter elitizante. Mas com a expansão do capitalismo, houve uma necessidade de ampliar a área econômica e social do país, bem como a relação à expansão educacional.

A educação ocorreu com o crescimento da demanda. Esse crescimento acabou por pressionar o sistema educacional existente, demonstrando deficiências profundas e contidas, sobretudo pelo inexpressivo número de escolas e pelo baixo rendimento do sistema escolar. Daí a necessidade de melhoria na educação como um todo. A reforma de Benjamin Constant (1820-1892), que introduziu os estudos das ciências, também dividiu o ensino primário em dois graus: entre sete a treze anos, e de treze a quinze anos, completando assim, o currículo elementar. Além de expandir o ensino superior para garantir a eficácia técnica, política e social.

Benjamin Constant concedeu a equiparação das escolas estaduais e federais e promoveu a modernização do ensino de elite. A reforma de Rocha Vaz, a última desse período, tinha como objetivo a valorização da educação popular. Essas reformas unificaram e restringiram o acesso à educação para a comunidade carente

beneficiando a classe dominante. A reforma Francisco Campos criou o Ministério de Educação, a organização do ensino superior no Brasil e o regime universitário; organizou o ensino comercial e consolidou a disposição sobre a organização do ensino secundário.

Junto com este panorama histórico houve a inevitável expansão do sistema escolar, de forma atropelada, sem uma política nacional de educação, evidenciando o crescimento da distribuição de oportunidades nacionais de forma insatisfatória, tanto pela qualidade, como pela quantidade, obedecendo às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea, profundamente marcada por uma cultura academiciza e aristocrática.

O ensino secundário foi organizado durante a reforma do Decreto de Lei nº 18.890 de 18 de abril de 1931, o qual trouxe uma situação completamente nova para a escola secundária; a reforma Francisco Campos teve o mérito de estabelecer o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, sendo um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação para o egresso ao Ensino Superior. Já a reforma secundária ficou dividida em dois ciclos: fundamental, de cinco anos e o complementar, de doze anos.

Desse modo, o curso secundário tinha como objetivo a formação de elite, abrangendo uma política educacional legítima à ditadura e toda repressão que trazia consigo e que fazia refletir nos movimentos estudantis em geral. Apesar dos aspectos positivos na organização do ensino técnico profissional, a maior falha encontrada foi em relação à falta de flexibilidade entre vários ramos do ensino secundário. Na reforma Francisco Campos, surgiu a primeira Universidade Brasileira de São Paulo, começando também novas ideologias em torno da educação.

Finalmente a educação começava a ser assegurada e tida como bem comum a todos. Pelo menos é o que garantia a Constituição de 46, que reconhecia e aprovava novas reformas que tinham como objetivo principal descentralizar a escola e ampliar a educação para que todos pudessem ter acesso a uma educação de qualidade. Todavia, essas reformas buscavam atingir a democracia educacional visando a importância de sua participação para o crescimento e o desenvolvimento social do nosso país.

Então achou que era papel do Estado assumir o controle da educação gratuita e obrigatória. Daí observa-se que a luta ideológica estava também mesclada com os aspectos políticos e econômicos. O perigo apresentado pela gratuidade do ensino consistia não só no esvaziamento das escolas privadas, como também no risco de extensão escolarizada a todas as camadas, com as ameaças para os privilégios até então assegurados aos burgueses.

Assim, a velha aristocracia tomou partido se posicionando contra os movimentos renovadores, como foi o caso do deputado Carlos Lacerda que apresenta nos artigos 3º, 4º e 5º um favorecimento à iniciativa privada na educação, querendo desobrigar o Estado dessa função. Igualmente, lado a Constituição de 1946 previa uma autonomia aos conselhos tanto federais como estaduais, no que concerne a distribuição de recursos em benefícios.

Então, nos anos 1980 começava uma crise nos cofres públicos, prejudicando as reformas anteriores e criando várias entidades que passaram a lutar por liberação de verbas a fim de garantir uma educação eficiente capaz de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

Desse modo, em 1982 foram aprovadas novas reformas voltadas para a qualificação do ensino público e para romper com o sistema imposto pelos governos militares. E assim, o Ensino Público passou a ser visto com mais seriedade pelos governantes. Em 1991, foi verificado pelo Fórum Nacional e Defesa das Escolas Públicas, alguns princípios importantes, tais como: gratuidade, laicidade, democratização para todos os níveis, qualidade e recursos financeiros.

Em 1994, vive-se a recuperação da credibilidade, a valorização dos profissionais da educação, promoção por mérito e desempenho profissional (como oportunidade de atualização e aperfeiçoamento). No entanto, ficou só no discurso teórico, assim como outros programas tiveram o mesmo fim.

Nos dias atuais – início de século XXI – ainda prevalece a teoria acima da prática. Os dados estatísticos apresentam números baixos de escolarização e números altos de projetos. O que inexistente é vontade efetiva por parte dos mandatários para mudar o

contexto da educação isto porque os programas realizados têm cunho meramente eleitoral.

1.1 CONCEITOS DE INCLUSÃO

A temática inclusão está impregnada no dia a dia da educação, defendida por todos, sem nenhum tipo de distinção, delineando diretrizes para que o processo de inclusão seja deflagrado. Porém, observa-se que após a implementação da Declaração de Salamanca, sobre políticas, princípios e práticas em Educação Especial, ainda se caminha em passos lentos, por que é necessário derrubar muitos paradigmas, com objetivo de preparar a sociedade para receber a diversidade. Levando em conta a Declaração de Salamanca:

(...) a expressão 'necessidades educacionais especiais' refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças oriundas de populações remotas ou nômades, crianças de minorias culturais, linguísticas e étnicas ou crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou que vivem às margens da sociedade (1994, p.15)

A universalização da educação básica trouxe sem dúvidas maior diversidade dos educandos nas instituições escolares, ratificar as diversidades como elementos constituições das diferentes sociedades e da sociedade. Diante da defesa dos direitos humanos pôde-se verificar que a diversidade contribui, enriquece e humaniza a população, quando respeitada, reconhecida e aprovadas em suas particularidades.

Cada vez mais as escolas e educadores estão recebendo educandos com deficiências, e não se trata apenas de aprovar a matrícula desses educandos, isso nada mais é do que o cumprimento da lei. Nesse contexto, o que realmente vale é proporcionar ambientes favoráveis ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e abraçar práticas criativas no interior das classes, redimensionando o Projeto Político Pedagógico, reavaliando posturas e estabelecendo uma nova filosofia educacional.

A inquietação em relação às políticas educacionais é consenso mundial, admitir que crianças e jovens com deficiências devem ser inseridos em práticas educacionais

reservadas a todas as crianças. O grande desafio que afronta a escola inclusiva se refere como deve ser o desenvolver de uma pedagogia focada na criança e principalmente capaz de educá-las.

É importante se pensar que a inclusão não é um processo fácil e sua concretização seja efetivada rapidamente, ele requer uma preparação apropriada e transformações atitudinais de todos que atuam direta ou indiretamente. Deste modo, é preciso que se aplique uma metodologia de ensino que envolva a diversidade, bem como, que valorize as particularidades e potencialidades de cada indivíduo. Podemos definir a inclusão como meio para assegurar mais equidade, estimulando no ser humano valores e atitudes de solidariedade, ética, colaboração e respeito, garantindo as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais sua inclusão e participação na sociedade.

Excepcionais, especiais, diferente... Muitas designações são usadas para se referir as pessoas que, por uma ou outra particularidade, não se enquadram no que costumamos chamar de "normalidade". Pessoas em condições físicas e mentais que demandam uma escola e uma sociedade diferenciada, apropriada para que elas tenham oportunidades de conviver e desenvolver suas potencialidades.

No entanto, a ideia de que as pessoas com deficiências podem e devem ser tratadas sem diferenças pela sociedade é recente e tem-se espalhado sobretudo por força da lei. Da mesma maneira, a noção de que a escola necessita estar aberta à probabilidade de receber a todos os membros da sociedade. Logo, a inclusão de crianças com particularidades específicas, que antes não estavam na escola regular, vem estabelecendo aos educadores novas questões até agora pouco se fala. Entre elas, a necessidade de repensar as percepções de escola homogeneizadora, suas práticas de ensino, formas de avaliação e seus tempos de progressão.

A escola foi criada e desenvolvida para homogeneizar os distintos. Seu fulcro inicial era que todos os educandos soubessem os mesmos conteúdos ao final do ano letivo e tivesse certo número de conhecimentos e capacidade que lhes permitissem a inserção no mercado de trabalho. Esse ponto de vista, tem enfrentado forte questionamento a partir das conversas sobre de como tem que ser o processo de inclusão e da ideia uma escola para todos. Portanto, precisamos estar habilitados e capacitados a trabalhar

com outros objetivos para atingir a todos, e não só aqueles que são mais rápido, possui maior compreensão e nível de assimilação mais alto comparando-o com de outro colega.

Toda inclusão envolve mudanças em três níveis: todas as crianças frequentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio; todas as escolas reestruturando seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todos os educandos da comunidade; todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade. Mister. (2000, p. 38)

As crianças devem ser regularmente reavaliadas no intuito de explorar todas as formas admissíveis de atender às suas necessidades em ambientes mais inclusivos. Isso pressupõe a elaboração de um plano de inclusão individual, que para traçá-lo vai além da avaliação habitual das necessidades e dificuldades do educando, sempre se perguntando que tipo de mudanças seriam cabíveis para permitir que as necessidades particulares de uma determinada criança sejam atendidas na sala de aula regular da escola local.

1.2 LUTA CONTRA A EXCLUSÃO: O PARADIGMA DA INCLUSÃO

Ao pensar sobre o tema inclusão, é preciso fazer uma analogia com o tema exclusão. Uma é o reverso da outra. Para Arzabe (2005) a ideia de exclusão social está centrada nos aspectos da participação social inadequada, na ausência de proteção social, ausência de integração social e ausência de poder. Sposati (1998) afirma: a exclusão é a negação da cidadania. Para a exclusão social contém elementos culturais e éticos, fazendo referência à discriminação e à estigmatização. Assim sendo, o excluído pode ser os negros, os homossexuais, os deficientes físicos, as mulheres, os deficientes mentais, os meninos e meninas em situação de risco ou dificuldade de aprendizagem e tantos outros "diferentes".

Nos anos 80 e 90, a intenção das políticas sociais foi a de promover a integração, participação e de afrontar contra a exclusão. Em relação a isso, a inserção da educação teve e tem grande importância. No ano de 1994, na Conferência Mundial

com temática sobre as necessidades educativas especiais: qualidade e acesso, foi aprovada a Declaração de Salamanca, que aborda o consenso mundial acerca de os futuros rumos dos serviços educativos especiais, confirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do direito à escola para todos, com igualdade de chances para as pessoas com deficiência.

É possível ainda, verificar nesta Declaração, o princípio da escola integradora, onde as múltiplas diferenças são normais e de que a aprendizagem portanto, deve ajustar-se às necessidades de cada indivíduo, no intuito de reduzir significativamente o número de fracassos e competências. O enfrentamento aos novos paradigmas da inclusão, tendo como maior desafio deve acontecer a partir da formação antecipada à prática, aliada ao desenvolvimento de equipes de apoio qualificada, na instituição escolar e nos órgãos competentes, para apoiar e amparar educadores e educandos. Este princípio ético foi inadimplido no Brasil.

O processo foi deflagrado, por força da Legislação que determinou o atendimento de pessoas com deficiência nas escolas regulares e restringiu o atendimento educacional especializado em escolas especiais, não garantindo a formação e principalmente adequação das instalações físicas. Mesmo com essa realidade exposta e constada, é preciso remeter à Demo (2002, p. 37), quando salienta: "Apesar da história contrária, sempre somos capacitados de esperar algo melhor e, dessa forma, alimentamos, ao lado da razão, horizontes eternos e infinitos de utopias e fantasias".

No Brasil a Lei nº 7.853 de 24/10/89, que dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência e sua integração social, leva 10 anos, para consolidar suas normas de proteção aos mesmos, por meio do Decreto nº 3.298 de 20/12/99. Isto evidencia a burocracia e as dificuldades das políticas públicas na formalização dos instrumentos de legalização do direito daí, aos passos seguintes: a publicização da Lei e a sua aplicabilidade vão outras tantas décadas, na melhor das hipóteses.

O atendimento à educação especial na educação regular exigirá para sua concretização espaços físicos adequados, mudanças nos procedimentos didáticos, na avaliação, na temporalidade da educação regular. O respeito à diferença, compreendendo-as como "normais", portanto, concordando o ensino e a aprendizagem

às necessidades dos educandos, será preciso dar valor mais ao potencial do que a incapacidade, afim da descoberta de habilidades de cada indivíduo e de todos.

É preciso reconstruir o conhecimento e entendimento a respeito da relevância da educação, excedendo a relação insuficiente, positivista, onde se mira apenas a cognição, necessitando entender e trabalhar com o sujeito de forma holística, e, portanto, dar valor as trocas como probabilidade de aprendizagem do conhecimento e das interações, desvencilhando-se dos pés conceitos e acolhendo a diferença como condição de aprendizagem de todos e, em especial, pela possibilidade de ver o mundo de forma diferente.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMINHAR DA HISTÓRIA MUNDIAL E BRASILEIRA: UMA VISÃO AINDA MAIS CRÍTICA

O processo educativo está presente na vida do indivíduo nas mais variadas circunstâncias e diversos modos que proporcionem sua relação dialética com a sociedade. A partir da inserção deste indivíduo no contexto social, inacabado que é, passa a ser modelado pelo processo educativo, como meio de promoção de sua integração à sociedade.

Ninguém escapa da educação, seja de modo formal ou informal, o indivíduo é educado para exercer o seu papel no contexto social. Dessa maneira o processo educativo não leva em consideração as diferenças sejam de ordem social étnica ou bio-físicopsíquica que o indivíduo apresenta Brandão (1995, p. 34)

A educação inclusiva é coerentemente apresentada como uma forma enriquecida da educação geral, pois possui as mesmas finalidades e objetivos. Tais objetivos consistem em prestar assistência às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, preparando-as para a vida e integrando-as à comunidade, a fim de que se tornem pessoas úteis e produtivas à sociedade.

2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MUNDIAL

Na antiguidade, a postura de Platão e Aristóteles era de que as pessoas de deficiência física, mental, ou psicossocial eram pessoas possuídas por forças estranhas ou dotados de dons sobrenaturais. Os mesmos tornavam-se uma classe excluída pela sociedade, e assim, recebiam o veredicto de que deveriam morrer o mais cedo possível.

Na Idade Média, devido à influência da igreja, pessoas com necessidades eram alvo de sentimentos de caridade e carregados de crença sobrenatural ou purgação de pecados. No final foram surgindo os primeiros atendimentos assistenciais. Com passar dos tempos a abordagem da deficiência foi se ligando a uma linha terapêutica, marcada pela hegemonia das ciências médica.

Os primeiros estudos e experiências surgiram na Idade Moderna. Esses estudos tinham caráter científico, embora fosse dado um enfoque tal estudos fizeram surgir preocupações que se expandiu para o campo educacional, onde se buscou outras formas de abordagens para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou psicossocial.

Sob a influência dos estudos e práticas de pessoas como deficiência, a partir do século XX, as crianças deficientes passaram a ser mantidas em lares com o objetivo de curá-las através de educação e de bons tratos. A partir desses lares foram sendo criadas Instituições para as crianças que não conseguiam se reintegrar na sociedade, com a esperança de protegê-las das dificuldades encontradas em seu meio. Foi no século XIX, que Longdon Down explicou a Síndrome denominada pelo seu nome (comumente conhecida como mongolismo), como se essa Síndrome fosse uma volta a estágios inferiores da evolução humana.

Com a advento da Idade Contemporânea no século XX, começou-se a dar mais força ao aspecto educacional como direito natural de pessoas com deficiência. De início eram atendidos apenas em instituições destinadas especificamente para esse fim, continuando assim a segregação.

As ações para as mudanças na situação em países mais desenvolvidos da pessoa portadora de deficiência passaram a ser superada com formas interessantes de trabalho. Tratava-se do atendimento de estimulação precoce no próprio domicílio da pessoa. Este atendimento dirigia-se à clientela de 0 a 3 anos de idade. Após esse processo de estimulação realizado por um profissional especializado, a pessoa era inserida em uma escola de ensino do sistema regular e recebia acompanhamento de um professor especializado, sem que tivesse que ser segregado em uma instituição de educação especial.

2.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, apesar da primeira iniciativa no atendimento da pessoa portadora de deficiência mental ter ocorrido em meados do século XIX, foi só a partir de 1880 e 1960 que seus direitos começaram a ser alvo de preocupação, criaram-se associações de pais e sociedades como APAE'S, Pestalozzi e outras associações ligadas às áreas específicas da excepcionalidade

A educação especial brasileira teve o seu início inspirado por experiências europeias e americanas. Da Europa, basicamente o modelo de internatos ou de escolas especiais. Já a influência americana, trouxe as classes especiais na escola comum e os movimentos organizados por pais de criança de deficiência.

Foi por volta do século XIX que os educadores brasileiros, interessados no atendimento de portadores de deficiência (cego e surdos) deram início a organizações voltadas a atender tal público. A estas ações pioneiras somaram-se outras ao longo do tempo. De início tais organizações caracterizam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, partindo do interesse de educadores pelo atendimento educacional as pessoas tais deficiências.

A evolução da educação especial no Brasil apresenta-se em dois períodos marcados pela natureza e abrangência de ações voltadas a desenvolver a educação aos portadores de deficiência. O primeiro período, delimitado de 1854 a 1956, foi marcado por iniciativas oficiais e particulares isoladas. A primeira instituição direcionada ao atendimento as pessoas com necessidades educativas especiais foi inaugurada por Dom Pedro I,(1789-1834) no Rio de Janeiro. Esta foi a "Instituição dos Meninos Cegos". Posteriormente, outros estabelecimentos foram inaugurados, com o objetivo pedagógico ou médico-pedagógico e com oficinas.

A partir do segundo período, delimitado de 1957 a 1993, o atendimento educacional especializado foi assumido a nível nacional pelo governo federal. Neste segundo período ficou evidenciada a ação governamental no fim dos anos cinquenta, instituindo campanhas específicas para o atendimento aos portadores de deficiência. Foi apenas

este o período que a educação especial e inclusiva surgiu na política educacional brasileira.

Em relação às leis que estabelecem o trabalho com a educação especial, afirma Mazzota (1992) que o Conselho Federal de Educação entende, que a educação especial é uma linha de escolarização enquanto que o MEC a interpreta como linha de atendimento assistencial e terapêutico ao invés de educacional escolar.

Todas as decisões e ações atribuídas à educação especial pelo Ministério da Educação (MEC), possuem um sentido clínico terapêutico, caracterizando o atendimento educacional as pessoas de deficiência, apenas como preventiva e corretiva. No entanto, após 1990 surgiram indicadores que impulsionaram a preparação da educação especial inclusiva como uma modalidade de ensino. Assim explica Mazzota (1992, p. 60) “A educação especial não deve ser entendida como simples instância preparadora para o ensino comum; embora se deseja que o maior número de alunos possa dele beneficiar-se”.

Confirma-se também que nas Diretrizes e Normas Federais para a educação Especial continuaram presentes os aspectos assumidos como alternativas de trabalho com as pessoas de necessidades, confundindo-se com o sentido de atendimento educacional especializado. Entretanto, é preciso salientar que as principais propostas para a educação especial preveem um processo integrante de serviços de habilitação e reabilitação ou educação escolar.

3 PROPOSTAS VIÁVEIS PARA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO REGULAR

Entre os grupos e movimentos em prol da segurança, liberdade e inclusão, tem ocorrido a mobilização para mudar efetivamente a realidade da educação especial inclusiva. A seguir, são colocadas algumas ações que efetivamente para que aconteça verdadeiramente a inclusão social das pessoas na educação regular.

3.1 SALAMANCA E SUA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este evento promoveu os princípios de discussão e prática que garanta a inclusão das crianças com necessidades educacionais, a fim de que as mesmas tomem seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

No mês de julho de 1994, reuniram-se na cidade de Salamanca, Espanha, mais de trezentos representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais. Um número significativo de participantes; representantes das Nações Unidas, organismos especializados, além de outras organizações governamentais e não-governamentais com o objetivo de promover a educação para todos, favorecendo o enfoque da educação integradora, em busca da real capacitação das escolas e visando atender todos os indivíduos, sobretudo os que têm necessidades educativas especiais. A Declaração de Salamanca, documento formal elaborado pelo grupo presente no evento, que é a nova linha de ação para a educação especial, foi aprovada com o principal objetivo de integrar adolescentes, crianças e adultos com necessidades educativas especiais em escolas comuns de ensino, dando-lhes oportunidade para um melhor desenvolvimento.

Acredita-se que os serviços educativos especiais são os problemas que afetam igualmente todos os países do norte e sul e que não devem desenvolver-se isoladamente, mas partir de uma estratégia global da educação. Os países presentes no encontro de Salamanca, devem contribuir para uma nova política social e econômica que garanta uma melhor educação para todos.

A Declaração de Salamanca é resultado de um consenso mundial sobre os futuros rumos dos serviços educacionais especiais, apresentando-se como um desafio para os interessados em tornar a educação realmente para todos, e em especial para os mais desfavorecidos e necessitados.

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Tais condições acarretam grandes desafios ao sistema escolar, o qual precisa encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as pessoas com deficiências graves.

As escolas inclusivas deparam-se com grandes desafios de desenvolver uma pedagogia centrada no desenvolvimento da criança, sendo esta capaz de educar com sucesso meninos e meninas. É principalmente em oportunizar uma educação envolvida com o incentivo do potencial de qualquer deficiência. A pedagogia adotada pelas escolas inclusivas é uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças, e parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve ajustar-se às necessidades de cada um. Acredita-se que a pedagogia centrada na criança é positiva para todos os alunos e conseqüentemente para toda sociedade. Nas escolas inclusivas as crianças com necessidades devem receber todo o apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz.

3.2 A ATUAÇÃO DA FAMÍLIA

A participação dos pais, assim como de toda a família, deverá ser precoce e permanente. A atuação da família é imprescindível, no sentido de auxiliar a criança a formular seu autoconceito. Desde o início, é preciso dar a pessoa com deficiência uma chance de conhecer o mundo no qual vive. Isto lhe dará um sentimento de segurança. Em inúmeros estudos que se tem observado acerca da importância do papel dos pais com relação a deficiência, os estudos são ricos e sugestivos, mas a implementação

concreta e objetiva de medidas preventivas e indispensáveis está muito longe de ser abordada.

Em variados casos, os pais conhecem profundamente as necessidades dos seus filhos, mesmo sem possuírem formação técnico pedagógica, melhor do que muitos técnicos sem competência.

A família precisa ser paciente e esclarecida, para enfrentar o problema com tenacidade, ao invés de ficar perdendo tempo supondo um erro de diagnóstico médico. O que ela deve fazer é não abandonar os outros filhos para compensar o deficiente no grupo, com os irmãos normais, porque esta convivência ajuda a recuperação do deficiente, principalmente se os irmãos forem mais novos.

O processo de integração e inclusão das crianças com necessidades especiais deve ser realizado com a participação da família, principalmente na fase da estimulação precoce onde os professores ensinam aos pais atividades que devem ser realizadas no lar, como continuação do trabalho de estimulação precoce.

Tantos os pais de alunos com necessidades educacionais especiais como aqueles que não têm filhos nestas categorias, são responsáveis para a promoção desta integração, que sem sombra de dúvida alguma, trará para todo o aprendizado das "diferenças" e acima de tudo, do respeito com o qual se deve lidar com elas. Os educadores e pais podem ser amigáveis e úteis mutuamente, mas há uma tensão inevitável que passa a existir no momento do desequilíbrio de poder entre eles. Muitos pais se sentem preocupados e ansiosos quando vão para as escolas porque carregam consigo suas histórias de experiência com os educadores e com o processo de escolarização.

As escolas, em uma única geração, mudaram radicalmente, mas muitos pais tiveram pouca experiência direta sobre tais alterações e obtiveram muitas das informações que detém por meio da mídia e de encontros casuais com vizinhos. Pais de crianças com deficiências tem uma grande necessidade de relações de trabalho com educadores fundamentadas no entendimento e na confiança, por isso:

A Escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos. A Escola é a instituição por intermédio da qual a criança se introduz no mundo público, e daí o papel do Estado em relação a todas elas. À família cabe o dever de garantir à criança o que é típico do domínio privado do lar, e

ao Estado cabe garantir o direito indispensável da criança à educação Escolar, pois é ela que faz a transição entre essas duas vidas (MANTOAN, 1997, p. 45)

Além disso, a escola tem o dever de ensinar os educandos a repassar o conhecimento, os sentidos divergentes das coisas, as emoções, promover a discussão e troca de pontos de vista. É na escola que estimulamos que o espírito crítico e reflexivo, a observação e o reconhecimento do próximo de forma holística. Deste modo, toda a escola, assim distinguida pelos órgãos oficiais, deve aprovar os princípios constitucionais, não podendo eliminar qualquer pessoa embasada em sua raça, cor, idade, sexo, origem, deficiência ou ausência dela.

Então, Gomes (1999, p. 58) observa que "a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram". Para Fávero (2004, p. 53) a escola "é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano".

Para uma escola tornar-se inclusiva, além de ter como objetivo trabalhar com todos os educandos, estimula a aprendizagem e colaboração ativa de todos os membros envolvidos, é mister um investimento sistemático, eficiente, englobando a comunidade escolar de maneira holística. Para isso se concretizar de forma maneira satisfatória é ainda preciso que a instituição escolar tenha instigação e autonomia na preparação e execução de seu projeto político pedagógico, que possa construir um currículo escolar que faça uma reflexão do meio social e cultural onde os educandos estão inseridos; que tenham a aprendizagem como eixo norteador de suas atividades escolares que reconheçam o enriquecimento que é proporcionado graças à diversidade.

A família tem papel importantíssimo no processo de inclusão, pois é de suma relevância que ela prepara o seu filho para conviver fora do seio familiar, bem como acompanhar seu desempenho do ensino/aprendizagem. Alguns posicionamentos dos educadores são essenciais com relação a essa participação.

Como por exemplo: - A família necessita muito está sempre a par de tudo o que acontece na instituição escolar, pois sua ajuda é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem desse educando; - Ainda é precária, pois é uma minoria os pais que se interessam pela aprendizagem de seus filhos, é claro e evidente que os pais não se envolvem com as atividades dos filhos e ainda não conhecem bem LIBRAS, a comunicação é basicamente por gestos e mímicas.

Tomando por base essas informações, percebe-se claramente que a participação da família é primordial, mas não acontece de maneira desejada, tanto que os educadores sentem falta dessa ajuda, pois isso seria essencial para um bom desenvolvimento desses educandos. Assim, é de grande relevância que se conheça e tenha diálogo com os alunos e as famílias com as quais o educador se lida.

Além da participação dos pais de crianças de necessidades especiais, os outros pais também tem papel efetivo nessa participação, juntos deve-se ter a promoção principalmente do respeito às diferenças, bem como o grande aprendizado adquirido a partir do compartilhamento de saberes e conhecimento diferentes.

3.3 A AÇÃO EFETIVA DA ESCOLA

A inclusão escolar tem se mostrado como um grande desafio, pois busca adequar a escola comum para que a mesma inclua alunos com necessidades educacionais especiais. Nessas escolas os alunos devem receber sem qualquer tipo de exclusão todo apoio e incentivo adicional necessário para garantir uma educação eficaz.

Para atender e proporcionar um bom desenvolvimento para um número significativo de alunos com necessidades educacionais especiais, a escola inclusiva precisará reformular políticas claras e decisivas de integração, um adequado planejamento educacional, mudanças na escolarização, programas de estudos e serviço de apoio comprometidos com um adequado programa de orientação e formação dos seus professores.

O programa de inclusão escolar precisa levar em conta, de acordo com Sasaki (1997), aceitação das diferenças e valorização da diversidade humana, propondo um único serviço de sistema educacional de qualidade para todos.

Para o autor a escola comum torna-se inclusiva quando a mesma se reestrutura para atender a diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais, como também em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos. Essas novas

e importantes mudanças conduzem a uma reforma do ensino necessário para melhorar a qualidade e o efetivo aproveitamento escolar por parte de todos os alunos.

As escolas devem ser preparadas para receber a pessoa com deficiência, tanto no que se refere ao ambiente físico, através da remoção das barreiras ambientais, como no que se refere às atitudes dos envolvidos. Simplesmente, é importante respeitar, na medida exata, os seus limites, sem deixar de ao mesmo tempo reconhecer, estimular e valorizar as suas capacidades, lhe respeitando como qualquer indivíduo diferente entre si e com diversas dificuldades e potencialidades. A inclusão escolar é um processo pelo qual a escola se adapta para poder incluir, em seus sistemas, pessoas com necessidades especiais (SASSAKI, 1997).

3.4 OS PROFESSORES CAPACITADOS

Apesar de reconhecer o papel fundamental e a importância da inclusão, é imprescindível ressaltar que o que se sabe acerca do tema ainda é muito precário, não podendo afirmar qual seria suas capacidades e limitações e quais os melhores métodos para viabilizar a sua execução, não correndo o risco de fracassos.

O educador é peça importantíssima no conjunto que integra o sistema educacional. Diante disso é de suma importância que o professor seja devidamente orientado e capacitado para receber este novo educando que está chegando à instituição escolar dando-lhe os elementos necessários para compreendê-lo e orientá-lo de maneira eficaz.

Como diz Padilha (2004, p.112) "juntar crianças em sala de aula não lhes garante o ensino, não lhes garante Escola cumprindo o seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento".

Os saberes dos variados tipos de deficiências que os educandos, terão que ser fortemente conhecidos pelo educador, afim de transformar (se assim se julgar necessário) os métodos pedagógicos utilizados em sala de aula, como a metodologia para a exposição da aula e até o material apropriado para o seu desenvolvimento.

Algumas organizações como as APAE e Pestalozzi, qualificam seus profissionais com cursos que ocorrem nos períodos regulares. Esses cursos de atualização englobam todos os profissionais das instituições, desde os serviços gerais até a direção, na intenção de aperfeiçoar e qualificar os profissionais que atuam junto à educação com pessoas com deficiência.

Os profissionais que atuam no atendimento educacional especializado de pessoas com necessidades especiais deverão ser capacitados para atender de forma integral e adequada os alunos, sobretudo em classes comuns do ensino regular. Neste caso o sistema educacional brasileiro oferece formação tanto de docentes como de técnicos, para atuar na educação especial, que pode ocorrer no ensino fundamental e também no ensino superior.

No primeiro caso, encontram-se as escolas da rede pública ou instituições particulares de educação. A formação pode-se realizar em cursos de três anos habilitando professores para atuar 1º ao 5º ano do ensino fundamental, acrescido de mais um ano de especificação, para atuar nas quintas e sextas séries. No segundo caso, observa-se que poucos estabelecimentos de ensino superior oferecem cursos de graduação que formam docentes e técnicos nessa área.

Quando a escola regular recebe o primeiro aluno com necessidades especiais, a primeira atitude a ser tomada pelo diretor é entrar em contato com a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal para que esta realize um estudo do caso e verifique se é possível que a criança seja matriculada na escola que já esteja capacitada a acolher alunos com deficiência. Caso não seja possível acolher, enviar ao MEC uma solicitação para providenciar um curso de capacitação.

O currículo da escola é direcionado a partir do contexto apresentado na sua finalidade, como a instituição é voltada ao atendimento das necessidades educativa especial, o programa do Ensino Fundamental é trabalhado de acordo com as necessidades do aluno que consiste no ensino da Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, atividades relativas a vida diária.

No caso da Língua Portuguesa é trabalhada de acordo com o contexto apresentado no cotidiano da escola, através de conversas, das brincadeiras ou em forma de dramatização.

Entende-se que de acordo com o momento é possibilitada a conversação estimulando o diálogo, o que permite desenvolver o conteúdo de ensino. Os temas transversais também são objetos do planejamento, visto que no dia a dia do aluno estes são trabalhados de aprendizagem, no contato direto que é proporcionado pelas rodinhas de brincadeiras.

3.5 A INCLUSÃO DA SEGREGAÇÃO A INTEGRAÇÃO

Primeiro precisa ficar entendido o significado de segregação e integração. Segregação é o ato de tirar a pessoa com deficiência da sua família e da sociedade e colocá-las em internatos isolados como se não pertencessem a esse mundo, pois muitas famílias por vergonha, medo ou rejeição isolavam seu familiar em instituições que se intitulavam “assistencialista” como asilos, conventos, casas de repouso e outros sem da nenhuma assistência afetiva a esse indivíduo.

Com o passar dos tempos e muitos esforços de médicos essas instituições começaram a mudar sua maneira e começaram as primeiras manifestações de interação com esses indivíduos esboçando os primeiros passos para integrá-los a sociedade.

Segundo o dicionário Aurélio (2001, p 394) “integração quer dizer tornar-se parte integrante, incorporar-se, fazer parte, integralizar”. Sendo assim iniciou sua caminhada rumo a sua autonomia e inserção na escola e na sociedade, deixando de lado o isolamento e começando o processo que hoje chamamos inclusão.

De acordo com Bueno (2000, p. 441) “integração significa totalização, complementação, adaptação”. O que o autor quer dizer é que para a integração acontecer ela deve incluir esses indivíduos em todas as atividades escolares, de lazer, de trabalho, social etc.

E segundo ainda os seus conceitos são as instituições que devem se adaptar as pessoas especiais, e não o contrário como acontece na prática, elas devem garantir que seus direitos sejam respeitados e cumpridos e que sejam atendidos na sua totalidade. Analisando a segregação e a integração pode-se dizer que muito tem sido os avanços da primeira para segunda e que esta, por sua vez, tem contribuído muito para de fato acontecer um novo e necessário movimento na educação e na sociedade como um todo a inclusão escolar.

3.6 CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO ESCOLAR

Inclusão é o direito de ter contato e conviver com a diferença, o papel do docente neste momento é importante porque ele também tem que aprender com as diferenças e essas diferenças não vem apenas das crianças com deficiências, mas de todas elas cada criança tem seu tempo e seu limite.

A escola deve ser o espelho dentro e fora da sua zona, ou seja, as criança e jovens com NEE (necessidades educativas especiais) não podem ser tratadas de uma forma no ambiente escolar e em sua casa, no trabalho ou mesmo em outros lugares de outra, a escola deve mobilizar-se de forma que consiga fazer o próximo entender que todos têm diferenças em menor ou maior grau. Vive-se em uma sociedade democrática e que todo ser vivo necessita da presença do outro, assim porque não colaborar no desenvolvimento na transformação de uma nova era educacional onde a palavra inclusão será destinada a todos e não apenas a alguns.

A escola deve reconhecer o seu sistema educacional, o Projeto Político Pedagógico para assim dar prosseguimento na capacitação de seus docentes, os velhos paradigmas devem mudar para atender as necessidades individuais e sociais dos docentes e dos alunos, o lado afetivo de ambos deve ser trabalhado, o respeito ao ensino não deve ser inerente a qualquer diferença ou deficiência.

O conceito de inclusão é como o fruto de uma mangueira ela tem o seu tempo ela floresce nasce o fruto cresce verde, começa a madurar e depois de maduro é

consumido e assim está sendo a inclusão, passando por todos os estágios e a cada um deles é uma etapa vitoriosa. Ela necessita que as instituições escolares trabalhem com a diversidade em vez da homogeneidade, avaliando a realidade e proporcionando ações que garantam o acesso, a permanência e a valorização destes em um novo meio social daquele que ele estava designado onde não tinha oportunidades, e tudo era feito apenas para ele, vivia isolado em seu mundo sem poder dividi-lo com outros, parte disso é culpa da instituição intitulada escola especial e dos pais, pois estes sempre querendo proteger, com receios diversos acabavam por transmitir. A criança necessita de experiências para poder desenvolver o seu aprendizado.

3.7 A INCLUSÃO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Uma sala de aula é normalmente composta de alunos, onde meninos ou meninas não têm diferença, todos são capazes de aprender, alguns se desenvolvem mais do que os outros, mas no final todos aprendem cada um no seu tempo, é isso que a Constituição Federal relata em seu artigo 205, todas crianças e jovens podem e devem estar reunidos em uma mesma sala, o ensino deve ser ministrados a todos de igual forma, assim não deve ser diferente com os alunos que tiverem alguma necessidade especial educativa, está na constituição é para ser assegurado, garantindo a igualdade.

O cenário da educação inclusiva vem mudando e para melhor, o atendimento mais qualificado, abrange uma área maior das necessidades dos alunos que estão inclusos na rede regular de ensino, que é responsável pelos desafios e as ações, assumindo a responsabilidade de incluir em seu espaço e de forma cautelosa e diversificada a educação inclusiva com a educação normal, cada criança tem um grau maior ou menor de dificuldade e no caso da inclusão as crianças e jovens com NEE tem as suas diferenças necessitando de maior ou menor atenção dependendo do seu grau de desenvolvimento.

O contexto pelo qual o mundo vem passando está sendo falado e discutido nas grandes rodas de conversas, a Política Nacional de Educação Especial neste momento reflete uma globalização do assunto dentre as classes sociais, seja a média ou a baixa,

ambas estão alcançando o seu reconhecimento e sendo modificadas nas áreas que antes não eram atendidas, assim nota-se que os valores se alteraram vindos a beneficiar a inclusão das crianças e jovens com NEE ou qualquer que seja a origem, no ensino regular, bastou reconhecer que o mundo estava mudado para notar que todo o resto também se modificou, houve o reconhecimento da defesa da diferença e da diversidade.

Relata alguns benefícios para um melhor desenvolvimento em sala de aula: A satisfação das necessidades fundamentais de aprendizagem; expansão do enfoque da educação para todos; universalização do acesso à educação; oferecimento de um ambiente adequado para a aprendizagem. Conferência Mundial de Educação para todos (1990, p.45)

Os benefícios relatados na conferência são gestos simples, estão ao alcance de todos os docentes e instituições escolares, basta compreender que são gestos necessários ao bom desenvolvimento mental, físico, cognitivo, emocional de todas as crianças e jovens sem distinção do diferente.

O docente deve em seu plano de aula abranger assuntos e atividades que todos os alunos possam se envolver, havendo a interação social e cada um podendo ajudar o outro; uma sala de aula adequada, bem criativa, que chama a atenção do aluno, que contenha várias informações só irá beneficiar ao aluno, que a sua parte física comporte a todos, se necessário atendendo a alguma deficiência e assim aos poucos a igualdade será atendida e não se notará o diferente.

Portanto é fundamental que a escola inclua o aluno não só no espaço físico, mas no contexto escolar em si, atendendo todas as suas reais necessidades, e respeitando seus direitos.

CONCLUSÃO

Constata-se em primeira instância que a educação inclusiva é um assunto cujas perspectivas ainda estão crescendo lentamente, porém já é um campo muito discutido por profissionais que atuam na área educacional. É preciso que haja esclarecimentos por parte de pessoas e órgãos competentes, que conhecem a educação especial inclusiva, para que não seja um campo obscuro e de difícil acesso.

O atendimento a crianças de qualquer tipo de deficiência deverá ter início o mais cedo possível, isto claro, com a participação dos pais, que é fundamental, como igualmente, sua integração dinâmica com os profissionais, educadores e o meio em que vive. O empenho e o carinho representam o primeiro passo para uma pessoa diferente que veio ao mundo. Sem apoio doméstico não há alto - estima e os obstáculos podem parecer insuperáveis.

Pouco a pouco, graças as Ong's, como a sociedade Pestalozzi, a AACD (Associação de Assistência a Crianças Defeituosas) e as APAE'S (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), a questão da deficiência foi saindo do âmbito da saúde. Afinal, deficiência não é doença para o âmbito da educação.

Apesar de todo um trabalho desenvolvido para as pessoas da educação especial, a rede regular de ensino não está estruturada adequadamente para atender estes alunos, e por isso constata-se várias crianças sem atendimento apropriado.

Mesmo com os avanços, muita coisa precisa ser feita em prol da educação especial. É preciso conscientizar a sociedade para o fato de que as pessoas com necessidades especiais devem usufruir o direito de cidadania em sua plenitude, não devendo discriminá-lo e sim estimulá-lo a desenvolver suas potencialidades, para que possa integrar-se à sociedade e inserir-se no mercado de trabalho, de acordo com suas aptidões.

Mas para que isto aconteça, é necessária uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente.

Há uma grande necessidade de conscientização da sociedade em relação aos direitos, para que a mesma exerça, portanto, um processo de inclusão.

A educação, através da escola, pode contribuir significativamente para o bom desempenho das pessoas com necessidades especiais. Isso é possível ao passo que os educadores e demais responsáveis interajam e descubram as potencialidades e limitações do portador, numa abordagem multidimensional, visando o despertar da sensibilidade da escola e da sociedade.

Hoje é mais que certo dizer que a educação do indivíduo deve-se a família e ao Estado, com base nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A proximidade ideológica tem superado a distância geográfica existente entre os povos do mundo pós-moderno. As pessoas sentem-se cada vez mais “irmãs”, independentemente dos traços étnicos presentes em cada povo.

Sendo assim, é possível criar e desenvolver práticas que tragam significado para a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no cotidiano das escolas regulares. Isto porque há uma necessidade premente de orientar a sociedade para a convivência com todas as pessoas de forma bastante consciente, aceitando o desafio da inclusão social daquelas que são diferentes das demais, mas que não precisam ficar distantes, alheias aos dilemas de uma vida em grupo.

A escola torna-se o mais importante instrumento de transformação social para a existência das pessoas que estão desejosas de envolvimento com seus semelhantes, mesmo que estes sejam diferentes. É preciso, portanto, identificar as potencialidades ou limitações, tanto da pessoa especial como da própria escola que tem que acolhê-lo.

Diante das constatações, levanta-se a discussão sobre os dilemas desafiadores sobre o tema, pois só não é possível ficar em atitude de apatia e sem iniciativas, já que

caminha-se naturalmente para a criação de movimentos em prol da inclusão social. A educação é que deve “encabeçar” todo o movimento.

O sistema educacional tem a possibilidade de transformar o contexto social quando destaca a valorização do ser humano como um todo complexo e sem distinções ou limitações. Quem educa acredita no potencial das pessoas de amar e ser amados, de produzir e crescer juntamente com os outros.

Os investimentos que são feitos atualmente para incluir socialmente a todos os indivíduos têm um grande retorno na medida em que atendem ao direito de todo ser humano á oportunidade de melhorar sua existência: tornar-se estudante é um grande passo para alçar esta melhoria.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. **Direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social**. (Tese de Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm. Acesso em: 10 ago. 2007.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Campinas, SP: Autores Associados.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência, garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre a s diferentes presenças na escola**, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC.

PADILHA, A. M. **O que fazer para não excluir**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SALAMANCA. **A Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial**. Salamanca: Conferência Mundial sobre Necessidades em Educação Especial, 1994.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. SEMINÁRIO EXCLUSÃO SOCIAL, 23 abr. 1998. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2012.